

PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO CONTEXTO ACADÊMICO

SABRINA ALVERNAZ

“É preciso errar, infringir, violar e transgredir o status quo para que possa haver uma transcendência desejada pela própria tradição traída (...) É óbvio que transgredir não é da ordem do positivo absoluto e todos sabemos que o herege de ontem é a possível mutação e evolução de hoje, mas pode também ser o câncer do dia”. (Nilton Bonder 1998)

RESUMO:

O contexto acadêmico, como espaço social, institui determinadas práticas de letramento baseado em seu “ideal de língua” e em suas convenções lingüísticas e discursivas, a partir dessa realidade, discutiremos como os diferentes tipos de letramento se manifestam em artigos científicos, tendo em vista que esse é funcional, pragmático, múltiplo e é forma de constituição de identidade (IVANIC, 1997).

Apesar do alto rigor científico e formal das convenções existentes no meio acadêmico, adota-se a perspectiva de que esse contexto é regido por tensões/conflitos: regulamentações e desregulamentações do uso da língua (SIGNORINI, 2006), dessa forma, analisaremos quais identidades e quais papéis lingüísticos são

assumidos pelos alunos ao produzirem artigos científicos. Há acomodação, ajuste, ou subversão?

Introdução

O presente artigo tem por finalidade discutir algumas questões que permeiam o contexto científico com relação ao letramento acadêmico. Para isso abordaremos inicialmente alguns aspectos a respeito do conceito de letramento, para depois refletir sobre a produção de artigos científicos por universitários e as relações de poder existentes na dinâmica institucional acadêmica.

Em um segundo momento, descreveremos quais valores são atribuídas à presença ou ao apagamento das marcas de pessoa, no que se refere ao maior ou menor envolvimento da pessoa discursiva. Os dados foram recolhidos de três artigos acadêmicos produzidos por universitários do curso de letras, para a disciplina de Técnica de Comunicação e Expressão.

Embora não descrevamos todos os casos que foram encontrados nos textos, apresentamos em seguida dois quadros que apontam a quantidade de ocorrências das marcas de pessoa nos três artigos, e posteriormente um quadro com as ocorrências do apagamento das marcas de pessoa, também referente aos três artigos. Finalmente, tecemos algumas considerações a partir dos dados obtidos relacionando com os pressupostos teóricos discutidos inicialmente.

1. Discussões sobre letramento e letramento acadêmico

A partir da década de 80, o termo *letramento* surgiu no cenário brasileiro, sendo citado pela primeira vez num artigo de Mary Kato com o sentido em que hoje é empregado. Desde então algumas pesquisas vêm sendo realizadas com o intuito de compreender e articular essa nova compreensão do que é ser alfabetizado/letrado. A palavra letramento foi adaptada do termo inglês *literacy* que compreende o estado ou a condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Tendo em vista que nasceu no Brasil a necessidade de distinguir aquilo que não se definiria em analfabeto ou alfabetizado, uma nova situação pedia um termo que abrangesse aqueles analfabetos que conseguem viver num mundo letrado e tecer todas as relações que esse exige, e por outro lado, aqueles que sabem escrever e ler, porém não conseguem interpretar um texto ou compreender o lido. A necessidade do termo *letramento* surgiu, então, de uma “nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e do escrever” (SOARES 2001, p. 20).

Analfabetismo é o termo que expressa o estado ou a condição de analfabeto, *an* + *alfabet* + *ismo*= prefixo grego “an” que indica “privação, falta de” + alfabeto + “ismo” sufixo que indica modo de proceder; nesse sentido analfabetismo ou analfabeto é aquele que não conhece, é privado do alfabeto, enquanto o termo *alfabetizado* quer dizer aquele que sabe ler. Interessante observar

que os termos analfabetismo e analfabetos são vocábulos de compreensão muito familiar, ao mesmo tempo em que, alfabetismo / alfabetizado não são de uso corrente, isso reflete a situação dos níveis de educação do Brasil. Se a realidade do analfabetismo supera em muito a do seu contrário, então, o termo mais usado e conhecido será analfabetizado. (*Id., Ibid.*, p. 19).

Por alfabetização, então, deveríamos entender a capacidade de organização do pensamento e o desenvolvimento da consciência crítica, que possibilitam a democratização da cultura, segundo estudos do educador Paulo Freire. Porém, esses conceitos ficaram restritos ao contexto e discurso acadêmico e não vêm se concretizando nas práticas educacionais no Brasil. O termo alfabetizado não abrange o “estado de ser letrado”, por isso a exigência do termo letramento que traz novas perspectivas sobre o que é alfabetizar e letrar. Mais que a codificação em língua escrita espera-se do processo de letramento a condição de saber ler e escrever, de fazer uso de diferentes gêneros discursivos e ainda de interpretá-los, compreendê-los e produzi-los.

Social e culturalmente a pessoa letrada já não é a mesma que era anteriormente, quando analfabeta, pois o indivíduo obtém outra condição social e cultural, o modo de viver na sociedade muda, assim como a relação com os outros, há maior inserção na cultura e acesso aos “capitais culturais”. Ser letrado é poder desenvolver e usar uma capacidade metalingüística em relação à própria linguagem.

Para Kleiman (1995, p. 19), letramento é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Nesse sentido, a escola não pode ser considerada a única que permite a ocorrência do letrar, pois apesar de ser considerada a mais importante “agência de letramento”, há outras agências que possibilitam práticas sociais de letramento, como a família, a igreja, o lugar de trabalho.

Mey (2001, p. 237), em “As vozes da sociedade: seminários de pragmática”, discute o conceito de letramento também como *tecnologia*, pois essa é um meio de fornecer acesso a alguma área da atividade humana. Nesse aspecto o letramento enquanto tecnologia vai além da habilidade para ler e escrever, já que é o *meio* para possibilitar a participação ativa de sujeitos em determinados contextos sociais que exigem as práticas de leitura e escrita.

O letramento não é o que torna as pessoas leradas, mas sim a maneira como essas pessoas funcionam em um discurso societal utilizando suas próprias vozes. O letramento é como a cultura: não é um objeto, ou um objetivo em si, é uma função na sociedade ou, mais precisamente, um meio de funcionamento. (MEY, 2001, p. 241)

A partir da perspectiva funcional do letramento queremos discutir como esse se manifesta no contexto científico, que exigirá um tipo específico de letramento: o acadêmico. E é sobre esse aspecto que iremos nos deter a seguir para refletir sobre as relações que permeiam o contexto acadêmico, e ainda refletir quais

identidades e quais papéis lingüísticos são assumidos pelos alunos ao produzirem artigos científicos.

Letramento acadêmico deve ser visto além da competência para a escrita, no sentido, de que ser letrado pressupõe a *participação competente* em uma determinada forma de discurso. Nesse sentido, no contexto acadêmico mais que escrever de maneira formal, padronizada, são necessárias as apropriações pelo universitário das normas e do rigor científico que o incluam na dinâmica desse sistema.

Letramento, entendido como *participação ativa e competente*, no entanto, não deve ser entendido como algo homogêneo ou estanque, no sentido, de que “se é” ou “não se é” letrado, já que existem diferentes níveis de letramento que formam um *continuum*. Consideramos também que no contexto acadêmico coexistem forças libertadoras e conservadoras (forças centrípetas e centrífugas) que refletem um ambiente heterogêneo e plural. Segundo Bortoni-Ricardo, letramento acadêmico:

inclui a capacidade de analisar o texto, identificando-lhe as partes constitutivas, hierarquizando as idéias ali avançadas e reconhecendo o processo de progressão ou continuidade temática, inclusive as reiteraões e digressões. Dessa forma, (...) compreende também a capacidade de contextualizar o texto em função das condições que presidiram sua produção, tais como sua inserção no momento sócio-histórico e no estado da arte da tradição epistemológica em que se inscreve, reconhecendo o quadro conceitual que lhe serve de matriz e a polifonia que dele emana.” (BORTONI-RICARDO, 2001, p. 126)

Partindo, então, desses pressupostos entendemos que há “estratégias de letramento” usadas para a produção e divulgação do conhecimento acadêmico, que pressupõe persuasão e envolvimento na formação textual. Entre essas estratégias está aquela que reflete os objetivos do autor “entre o que é dito e o que está implícito”. É importante, portanto, observar quais seriam as estratégias de letramento que se espera a respeito da produção de artigos científicos na universidade; para isso discutiremos algumas peculiaridades desse gênero discursivo.

2. Concepções sobre gênero artigo científico: Heterogeneidades não negligenciadas

Assumimos que a escrita acadêmica, sob o ponto de vista sócio-interacional, é constitutivamente heterogênea, isto é, emerge da **tensão** entre o *ideal de homogeneidade e racionalidade discursiva* e a *heterogeneidade*. (Cf. IVANIC, p. 1997).

Apesar de relativamente estáveis e normativos, os gêneros são suscetíveis a variações e incorporam diferentes vozes. Como então se manifesta a heterogeneidade discursiva? Corrêa (2006, p. 136) afirma que “a heterogeneidade mais que estar presente na escrita, é própria da escrita”, pois essa é interior à escrita e não exterior a ela, embora haja o que o autor chamou de “esquecimento linguístico e lingüístico-pedagógico da heterogeneidade”, isto é, para o primeiro caso estão aqueles que tomam a heterogeneidade como exterior por considerá-la a partir da procedência social,

geográfica e social do aluno; ou para o segundo caso que julgam o produto escrito a partir de uma visão idealizada pelo critério de pureza (CÔRREA, 2001, p. 147).

Afirmamos, então, que o primeiro aspecto que demonstra a heterogeneidade no artigo científico é o próprio caráter híbrido da escrita. O segundo aspecto se dá na questão dos índices de objetivismo e racionalidade ao lado dos índices de “subjetividades” presentes no artigo científico. Por pretender status de ciência, esse gênero reflete certo “apagamento” do sujeito, tendo em vista que o foco deve ser não o posicionamento do autor, mas a “verdade” (o fato) que ele quer provar. Por isso, esse gênero é classificado como não apto ao desenvolvimento e manifestação da individualidade. Porém, concomitantemente, o artigo científico pressupõe uma tese a ser testada e defendida, na qual o autor levanta hipóteses e análises que exigem argumentação, tomada de posição e decisão.

Se há heterogeneidade na escrita e na própria estrutura do gênero, há também a discursiva, terceiro aspecto, pois, ao apropriar-se de outras vozes, em seus textos, ao promover a intertextualidade, quer para validar um argumento, quer para desconstruir um conceito/idéia, o universitário dialoga e interage com outros saberes e outras vozes/discursos. Essa prática reforça as marcas do artigo científico que exige alto grau de cientificismo e validação por parte de especialistas, e ainda, reflete marcas identitárias e subjetivas, já que o próprio recorte e escolha dos autores e textos

a serem usados já demonstram o ponto de vista do locutor. (o querer-dizer e o intuito discursivo, conforme Bakhtin (1988).

Consideramos que ao argumentar sobre determinado tema para o outro, o autor se posiciona diante de seus interlocutores e diante dos argumentos escolhidos, está, com isso, expressando-se e construindo e projetando sua identidade social. Ressaltamos, entretanto, que o posicionamento do autor é um dos aspectos que influenciará o produto realizado, porque a “atitude responsiva ativa” (BAKHTIN, *op. cit.*) do leitor, assim como o contexto sócio-cultural e institucional também influenciarão a produção escrita do universitário, seja ela qual for.

3. O contexto acadêmico como pano de fundo das relações na / pela linguagem: Relações de poder a partir da escrita

“O letramento sempre incorpora a voz letrada de alguém, ou melhor, a voz letrada de um personagem societal” (MEY. *op. cit.*, p. 240). Tendo em vista essa perspectiva do indivíduo como sujeito social e ainda compreendendo a voz no discurso como uma ação sócio-política, buscaremos refletir sobre as práticas de letramento no artigo científico, e as relações existentes no ambiente acadêmico.

Aos universitários, no contexto acadêmico, são exigidas produções e leituras de artigos científicos, cujos parâmetros são objetivismo, imparcialidade e transparência. Espera-se, então, que o aluno se aproprie de um tipo específico de letramento, o acadê-

mico, que engloba não somente a apropriação das normas padronizadas de língua, como foi dito anteriormente, mas também, dentre outros, a adequação aos gêneros exigidos.

Segundo a visão bakhtiniana de gênero, as formas discursivas ou “os enunciados relativamente estáveis” não são considerados à parte da vida social, mas num sentido contrário: o que constitui um determinado gênero, não são unicamente suas propriedades formais, mais sim sua ligação com uma situação social de interação. A partir desse conceito, é importante considerar a instituição na qual surge a produção acadêmico-científica.

A universidade se manifesta como um contexto institucional altamente marcado por relações de poder cujas convenções e práticas sociais são definidas por um ténue equilíbrio entre a autoridade e legitimidade de voz de alguns (professores, pesquisadores) sobre a voz de outros (alunos) que passarão a fazer parte desse contexto.

Ao ingressarem na vida universitária, os alunos passarão a agregar novos valores à sua cultura e a seus valores de origem – num processo de apropriação e desapropriação lingüística e social, ou como Signorini (1998) assinala, num processo de regulação e desregulação lingüística.

De acordo com Moita Lopes (2002, p. 171), ao falante é garantida sua *condição de falante*, segundo o conceito lingüístico de *falante autorizado*, pois é a capacidade de interagir verbalmente com os outros que legitima todos os usos que ele faz da língua,

não importando determinadas formas que o legitimariam como falante *competente*. Entretanto, no contexto acadêmico cientificista o aluno/autor ao desenvolver textos científicos, como o artigo, não tem autoridade para usar qualquer variação lingüística, ou a norma não-padrão de língua, por exemplo, pois se assim o fizer será considerado *não-competente*. No que se refere à adequação ao gênero, segundo Rodrigues (2005, p. 166-7), “os gêneros exercem um certo efeito ‘normativo’ (norma coerção social) sobre as intenções verbais (...) Assim, a construção do enunciado, apesar da vontade discursiva do falante, não pode ser considerada como uso e combinação absolutamente livres de formas de língua”.

Segundo Castoriadis (1982, p.140-152), toda e qualquer instituição se organiza e continua se organizando por causa de sua *finalidade*, pois há correspondência entre os traços e objetivos da instituição, e as necessidades ‘reais’ da sociedade considerada. Por esse viés, a instituição acadêmica tem suas finalidades específicas, porém não se limitará a isso, pois ela existe no simbólico, e não é possível fora dessa rede simbólica. Sobre as relações do simbolismo, Castoriadis defende: “a existência de uma lógica própria do simbolismo (que) é reconhecida, mas esta lógica é vista exclusivamente como a inserção do simbólico em uma ordem racional, que impõe suas conseqüências, quer as desejamos ou não” (1982, p. 143). A partir, dessas noções, consideramos que a sociedade constitui seu simbolismo, não dentro de uma liberdade total, mas dentro de uma ordem racional que não é neutra, e

que permite certas relações. O autor propõe, então, uma metáfora entre as relações existentes na linguagem e as instituições.

Uma coisa é dizer que não podemos escolher uma linguagem em uma liberdade absoluta, e que cada linguagem se apodera do que “deve ser dito”. Outra coisa é acreditar que somos fatalmente dominados pela linguagem e que só podemos dizer o que ela nos leva a dizer. Não podemos jamais sair da linguagem, mas nossa mobilidade na linguagem não tem limites e nos permite tudo questionar, inclusive a própria linguagem e nossa relação com ela. O mesmo ocorre com relação ao simbolismo institucional. (CASTORIADIS , 1982, p.153)

Existem, então, não somente possibilidades de adequação, por parte do universitário, no contexto institucional acadêmico, mas também de renovação do simbólico nessa instituição. As forças que exigem a adequação, entretanto, são fortes e criam definições que servem de referência na avaliação que validarão, ou não, práticas de escrita.

Dialogando com essas questões, Mey (*Op. cit.*, p. 27) afirma: “A formação da sociedade não é trabalho do indivíduo, mas o indivíduo é responsável por isso na medida em que é um agente (...). como personagens sociais e agentes, os humanos ‘inventam’ e estruturam a maneira como querem viver, mas também estão sujeitos às suas próprias criações”. Nesse sentido, o indivíduo não goza de total liberdade para modificar convenções, mas pode influenciá-las mesmo sendo sujeito a elas.

Do mesmo modo que consideramos a escrita acadêmica sob a perspectiva sócio-interacional da língua, em seus aspectos

múltiplos e, muitas vezes, contraditórios, concebemos o contexto: como um espaço em que convivem múltiplas vozes, que ora estão em competição, ora em equilíbrio. Predomina a concepção heterogênea, em detrimento da visão monolítica e homogênea de texto e de contexto. O artigo, enquanto gênero, possui dupla orientação, na medida em que é uma reação-resposta a um determinado texto lido/estudado, ou a uma proposta feita pelo professor, e por outro lado, é a busca da reação-resposta ativa do interlocutor (RODRIGUES, *op. cit.*, p. 173).

Quando o artigo científico é produzido na universidade pelo aluno (não-especialista), pode ter como finalidade a publicação em determinada revista especializada, dessa forma, atingiria distintos leitores e abrangeria outros objetivos. Porém, no contexto dessa pesquisa, os alunos (professores em formação) escrevem artigos para serem avaliados pelo professor, que será visto como sujeito competente, legitimado por seus saberes e pela posição social que ocupa.

Conforme Santos (2000, p. 39), os professores universitários trabalham com uma imagem de escrita bem elaborada que atenda às normas gramaticais e à organização lógica do pensamento. Portanto, mesmo que teoricamente não sistematizado, existe um padrão (mínimo) de letramento que se expressa no modo de organização discursiva, e é esperado pelos professores, que se reflete na própria ementa da disciplina.

As condições de produção em que o trabalho é desenvolvido abrangem:

a) o professor da turma como porta-voz e representante do contexto acadêmico, cumprindo as exigências da agenda

b) o aluno como integrante desse processo que necessita cumprir as exigências dessa agenda formal, a saber:

b.1. escrever textos de acordo com as regras estabelecidas na ementa e pelo professor, isto é, atender às convenções acadêmicas em que seu texto deve ser a construção de um modelo em que o saber dizer seja equivalente ao saber fazer (Matêncio, 2006);

b.2 escrever textos (resenha, resumo, artigo, relatório, monografia) para submetê-los à avaliação do professor (o texto não será publicado, mas sim avaliado).

Portanto, dentro das condições de produção, o aluno (entenda-se professor em formação) passa a desempenhar papéis sociais associados às práticas de letramento e às escolhas lingüísticas/discursivas que precisam ser feitas nesse contexto e que estão relacionadas e dependem, em grande parte, do acesso aos bens da cultura letrada. Para Britto (2003, p. 176), “a capacidade de escrita e leitura de estudantes universitários está muito mais relacionada às formas de acesso à cultura hegemônica e aos modos de argumentação científica que aos métodos de ensino de educação regular”.

Existem, então, definições que servem de referência na avaliação que validarão, ou não, as práticas de escrita. Sobre esse aspecto, há a tentativa de legitimação por instituições e por suas práticas sociais para que quem ocupe determinado lugar faça e diga o esperado. E o “esperado” está relacionado com a expectativa de domínio da norma científica e de aquisição de práticas sociais e linguísticas, da adequação do letramento (de origem) a um letramento acadêmico. Caso não haja o ajuste desejado, ou seja, um desempenho do aluno compatível com as regras estabelecidas, desenvolve-se um processo de desqualificação e desvalorização do aluno como falante não autorizado ou não competente.

Entretanto, o artigo científico quando percebido de maneira homogênea, ou como um gênero que reflete o “mito da transparência e da universalidade da linguagem”, incorpora um modelo de língua e discurso ideal, e assim, parece estar associado às “‘formas textuais de raciocínio’ historicamente vinculadas ao conceito moderno de conhecimento e progresso” (SIGNORINI, *op. cit.*, p. 153). Considerando em seus aspectos múltiplos e plurais, de confluência de vozes e convenções, o artigo científico também apresenta marcas de identidade(s) que estão sendo “forjadas”, formadas.

4. Descrição dos dados

Nesse momento discutiremos algumas questões relevantes no que tange aos aspectos gramaticais e discursivos encontrados nos artigos. Observaremos nessas estruturas qual o grau de envolvimento (se há maior ou menor envolvimento) do autor do texto ao optar pela presença ou pelo apagamento da pessoa discursiva no artigo.

Selecionamos alguns exemplos de acordo com critérios que dessem conta da presença/apagamento das marcas de pessoa, para em seguida, interpretarmos o grau de envolvimento do autor em relação as suas escolhas lingüísticas e discursivas, isto é, a seleção lexical, os aspectos lingüísticos que envolvem um querer-dizer e se orientam para um saber-dizer típico do letramento acadêmico.

a) Marcas de pessoa (gramatical)

a1. Uso da 1.^a pessoa.

b) Apagamento das Marcas de pessoa (gramatical)

b.1. Nominalizações

b.2. Voz Passiva

b.3. Predicados Cristalizados

b.4. Formas Verbais Perifrásticas

b.5. Verbos no infinitivo

b.6. Verbo 3.^a p. + se

- “**Julgamos**, contudo, que ainda seja um tema válido por considerarmos que as obras literárias passam a existir no momento em que interagem com seu leitor”. (art. 2) (*verbo 1.ª pessoa plural*) – ênfase no envolvimento do autor
- “Estes três gramáticos possuem visões parecidas acerca do presente do indicativo (...) Para ficar mais claro, **vamos expor** em tópicos as três definições”. (art. 1) (*verbo 1.ª pessoa plural*) – ênfase no distanciamento do autor.
- “Como são palavras morfologicamente estruturadas, porém usadas de forma interjectiva, corroboram para a permanência das interjeições como uma classe de palavra.(...) **as interjeições** não constituem uma classe de palavras e sim, uma forma de uso das outras classes”.(art.3) (*nominalização*) – ênfase no distanciamento do autor
- “**O presente trabalho** pretende uma breve abordagem do problemático entendimento do papel das interjeições e sua categorização dentro da Língua Portuguesa”. (art.3) (*nominalização*) – ênfase no distanciamento do autor
- “Para validar a nossa pesquisa, **serão analisadas** notícias de jornais brasileiros a partir da década de 70 até o ano 2000”. (Voz Passiva) – ênfase no distanciamento do autor
- “**Foi visto** aqui que mesmo sendo ignorado pela teoria da literatura por muito tempo o leitor conquistou atenção da crítica como peça chave para o florescimento do fenômeno literário”. (Voz Passiva) – ênfase no distanciamento do autor.

- “**É fundamental** que a interação leitor-texto não seja menos-prezada”. (*Predicado cristalizado*) – ênfase no envolvimento do autor
- “Parece-nos que ao adotar tal posicionamento, relega-se o caráter social que a literatura pode, sim, assumir. **É bom frisar** que essa não é uma obrigação da literatura, mas uma característica que ela pode avocar.” (*Predicado cristalizado*) – ênfase no envolvimento do autor
- “**É consenso**, entre as gramáticas utilizadas neste estudo, que a formação das palavras acontece mediante a soma de morfemas, unidades mínimas de significado”. (*Predicado cristalizado*) – ênfase no distanciamento do autor.
- “Nossos objetivos são analisar nessas gramáticas a clareza e completude das definições e entrar na afirmação de Marcos Bagno de que a nomenclatura usada para esses verbos **deve ser revista**” (formas verbais perifrásticas) – ênfase no envolvimento do autor.
- “O diálogo leitor-texto complementa a obra literária e é um dos métodos que **podem ser utilizados** para tentar empreender a persistência de livros durante anos na vida de pessoas completamente diferentes cultural e socialmente.” (formas verbais perifrásticas) – ênfase no distanciamento do autor.
- Para **validar** a nossa pesquisa, serão analisadas notícias de jornais brasileiros a partir da década de 70 até o ano 2000. (verbo no infinitivo) – ênfase no distanciamento do autor.

- **Nota-se** o uso frequente do passado histórico, fato que se deve pelo caráter de novidade que a notícia tende a passar aos leitores. (verbo na 3.^a p. sg. + se (índice de indet. do suj.) – ênfase no distanciamento do autor.

a) **Marcas de pessoa (gramatical)**

	1. ^a pessoa do sg.	1. ^a pessoa do pl.
Artigo 1	0	39
Artigo 2	0	8
Artigo 3	0	10
TOTAL	0	57

b) **Apagamento das marcas de pessoa**

	Nomina- lização	Voz Pass.	Pred. Crist.	F. V. Perifr.	V. Inf.	Verbo 3. ^a p. + se
Artigo 1	6	8	1	13	6	4
Artigo 2	6	3	3	2	1	1
Artigo 3	4	2	1	2	4	0
TOTAL	16	13	5	17	11	5

5. Resultados Parciais

Observamos que nas escolhas lingüísticas/discursivas utilizadas em três artigos acadêmicos, destacaram-se os usos menos

visíveis da pessoa (70 casos), como nominalizações, voz passiva, predicados cristalizados, formas verbais perifrásticas e verbos no infinitivo, e 57 casos de presença de marcas de pessoa. Nesse sentido, as práticas discursivas, esperadas pelo contexto acadêmico, são incorporadas pelo aluno/autor, como objetivismo, transparência, neutralidade.

O distanciamento pode ser usado como forma de assegurar a credibilidade das informações e dos argumentos; ou seja, a atenção está sobre o objeto/fato, esse modo de reproduzir o saber científico configura o “saber dizer” dos textos acadêmicos. Assim sendo, a neutralidade e o afastamento seriam as formas enunciativas mais consagradas para a expressão de opinião, apresentação de argumentos. Entretanto, o distanciamento gramatical não significa necessariamente equivalência a distanciamento discursivo. O mesmo se dá com a presença das marcas de pessoa, que pode apresentar envolvimento ou não. Em outras palavras, a seleção de uma forma gramatical que apague a pessoa pode acentuar um determinado ponto de vista como é o caso das modalizações, em “**É fundamental** que a interação leitor-texto não seja menosprezada”. (Predicado cristalizado) – ênfase no envolvimento do autor, em face da presença da pessoa em “Estes três gramáticos possuem visões parecidas acerca do presente do indicativo (...) Para ficar mais claro, **vamos expor** em tópicos as três definições”. (art.1) (verbo 1.^a pessoa plural) – ênfase no distanciamento do autor”.

Por isso, optamos por analisar esses usos, de acordo com Balocco (2002) que propõe um continuum de visibilidade/envolvimento, quer na presença, quer no apagamento das marcas de pessoa, não sendo possível, portanto, perceber o envolvimento (ou não) do autor de maneira estanque ou polarizada.

Segundo Signorini (*Op. cit.*), a dinâmica sociocultural é orientada pela controvérsia, pela ruptura, pela acomodação, pelo dissenso. Dessa forma, o universitário pode, através de sua escrita, projetar identidades que se acomodarão ou que subverterão as convenções acadêmicas. Essas identidades não são fixas, mas então em constante fluxo. (IVANIC, *op. cit.*). Considerando essa realidade, não julgamos a ruptura como equívoco, mas como processo constitutivo do contexto sócio-cultural e da própria identidade.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988.

_____. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998.

_____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

BALOCCO, Anna Elizabeth. Identity in academic discourse: constructing an insider's *ethos* in prose about literature. **In:** *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. (40). São Paulo, Campinas: UNICAMP/IEL, jul./dez. 2002. p. 17-28.

BAGNO, Marcos, GANÉ, Gilles, STUBBS, Michael. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A interação face a face em textos midiáticos. *Boletim da ABRALIN*. Fortaleza: Imprensa Universitária/ UFC, vol. 1, 1979. p. 123-36

_____. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. **In:** ROJO, Roxane (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula*. São Paulo: Mercado de Letras, 2000. p. 221-47.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

CORBEIL, Jean-Claude. Elementos de uma teoria da regulação lingüística. **In:** BAGNO, Mrcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 175-202.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves; BOCH, Françoise (Orgs.). *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. **In:** PRETTI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas Publicações; FFLCH/USP, 1997. p. 135-50.

GEE, J. *Social linguistics and literacies: ideology in discourses*. Bristol: The Falmer Press, 1994. p. 137-93.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOULART, Cecília. *A noção de letramento como horizonte ético-político para o trabalho pedagógico: explorando diferentes modos de ser letrado*. Projeto de pesquisa, Niterói / UFF: mimeo, 2003.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IVANIC, Oz. *Writing and identity: the discursal construction of identity in academic writing*. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins Publisinhg, 1997.

KALMAN, J. El estudio de la comunidad como um espacio para leer y escribir. **In:** *Revista Brasileira de Educação*, 2004. n. 26

KLEIMAN, Ângela. B. (Org.) *Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

_____. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. **In:** CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves, BOCH, Françoise. (Orgs.). *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 75-92.

KOCH, Ingedore V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. **In:** SIGNORINI, Inês (org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. p. 23-50.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATENCIO, Maria de Lourdes M. *Leitura e produção de textos na escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

_____. Letramento na formação do professor. Integração a práticas discursivas acadêmicas e construção da identidade profissional. **In:** CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves, BOCH, Françoise (Orgs.). *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 93-106.

MEY, Jacob L. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. SP: Mercado de Letras, 2001.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Identidades fragmentadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. Uma Lingüística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo aplicado. **In:** MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). *Por uma Lingüística Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOURA NEVES, Maria Helena. A modalidade. KOCH, Ingedore V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. v. 6

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003.

RODRIGUES, Rosângela H. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. **In:** ROJO, Roxane (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula*. São Paulo: Mercado de Letras, 2000. p. 207-20.ZS

SANTOS, Maria do Carmo O. T. *Retratos da escrita na universidade*. Maringá: Eduem, 2000.

SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. **In:** SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 333-80.

_____. Letramento e (in) flexibilidade comunicativa. **In:** KLEIMAN, Â. B. (Org.). *Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

_____. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a lingüística aplicada contemporânea. **In:** MOI-TA LOPES, Luiz Paulo (Org.). *Por uma Lingüística Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 169-89.

SIGNORINI, Inês (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez; ROCHA, Décio Orlando Soares. Cosntrução da subjetividade: o discurso dos relatórios de pesquisa/consultoria. **In:** *the ESPEcialist. Pesquisa e metodologia em línguas instrumentais. Vol. 19, n. especial*. São Paulo: EDUC, 1998. p. 365-78.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Letramento, cultura e modalidade de pensamento. **In:** KLEIMAN, Â. B. (Org.) *Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1995. p.147-60

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1993.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. **In:** *Revista brasileira de educação*. 1995, nº 0.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **IN:** *Revista brasileira de educação*. ANPED, n. 25, 2004.